



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150517 - CE (2021/0223629-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : JONAS DA SILVA MELO (PRESO)
ADVOGADO : SARA SOUZA CIRNE - CE036425
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JONAS DA SILVA MELO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0626142-18.2021.8.06.0000).

O recorrente encontra-se cautelarmente segregado, em decorrência de prisão em flagrante convertida em preventiva, pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

Sustenta que não há fundamentação idônea para a manutenção do decreto prisional preventivo.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão cautelar para que o paciente possa responder ao processo em liberdade e, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da restrição de liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente